26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

2177-3688

GT 6 – Educação, Informação e Trabalho

DESIGUALDADE INFORMACIONAL DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

GENDER INFORMATIONAL INEQUALITY: *AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF INFORMATION LITERACY*

Ana Maria Mendes Miranda – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Adriana Rosecler Alcará – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar os aspectos que dizem respeito à desigualdade de gênero no acesso à informação e às tecnologias, relacionados à competência em informação. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, sendo desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura. Os resultados contam com 13 produções que evidenciam que mulheres e meninas enfrentam desigualdades no acesso às tecnologias, às fontes de informação, à educação, à cultura, ao entretenimento e aos recursos econômicos, fatores que impactam o desenvolvimento da competência em informação. Conclui-se que a competência em informação pode atuar no enfrentamento dessas desigualdades ao favorecer o desenvolvimento de habilidades e ampliar participação das mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Brecha digital de gênero; Acesso à informação; competência em informação.

Abstract: The objective of this study was to analyze aspects related to gender inequality in access to information and technologies in connection with information literacy. The research adopts a qualitative approach and an exploratory-descriptive nature, and was conducted through an integrative literature review. The results comprise 13 studies demonstrating that women and girls face inequalities in access to technologies, information sources, education, culture, entertainment, and economic resources, factors that affect the development of information literacy. It is concluded that information literacy can contribute to addressing these inequalities by fostering the development of skills and expanding women's participation in society.

Keywords: Gender digital divide; Access to information; Information literacy.

1 INTRODUÇÃO

Na lógica da sociedade capitalista, o acesso aos recursos materiais, políticos e culturais é distribuído de maneira desigual, sobretudo para grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, as mulheres encontram diferentes barreiras que atravessam não apenas essas esferas, mas também outros aspectos fundamentais da vida. Conforme destaca Martins (2015), para além das determinações materiais que estruturam essas desigualdades, os elementos informacionais assumem papel central no enfrentamento às desigualdades de gênero. Desse modo, compreender as desigualdades que atravessam o acesso e a apropriação da informação também implica considerar as condições sociais e materiais que estruturam sua produção, circulação e acesso.

Nesse sentido, evidenciamos que, na sociedade capitalista, a produção e o desenvolvimento das tecnologias não são neutros, refletindo e reproduzindo as desigualdades de gênero existentes na sociedade. A ausência de representatividade feminina e a predominância de grupos homogêneos na criação de tecnologias reforçam estereótipos e hierarquias de poder, dificultando a inclusão de diferentes perspectivas e necessidades. Além disso, a ausência de inclusão e de valorização das experiências de diferentes gêneros nesse contexto perpetua uma hierarquia cultural que valoriza o masculino em detrimento do feminino, o que se reflete na própria estrutura das tecnologias desenvolvidas (Prestupa, 2024).

Como resultado desse contexto, o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), embora constitua uma dimensão importante para a participação na sociedade, não é suficiente para superar as desigualdades informacionais. Berrío-Zapata *et al.* (2020) evidenciam que, embora a redução das desigualdades no acesso às TIC represente um avanço, ela não é suficiente para superar a exclusão digital de gênero, sendo necessário considerar também as desigualdades informacionais. Nessa perspectiva, o acesso à informação assume papel indispensável, uma vez que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), constitui um direito humano fundamental, destinado a todos os cidadãos por órgãos governamentais e instituições. Além de constituir um direito em si, possui caráter instrumental, pois é essencial para as ações dos sujeitos na sociedade.

Apesar de seu reconhecimento como direito, a informação não é acessível de maneira igualitária a todos, visto que pode ser compreendida como um bem material restrito a parcelas da sociedade que possuem recursos para adquiri-la, sendo, portanto, negada ou dificultada aos grupos marginalizados. Nesse contexto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

(CEPAL, 2013) indica que, mesmo com os avanços das TIC, o acesso à informação permanece desigual, e as mulheres ainda enfrentam condições inferiores às dos homens.

Sobre isso, Vitorino e Piantola (2011) argumentam que a informação é elemento central da cultura e da participação social. Entretanto, essa participação não depende apenas do acesso físico à informação, mas também da formação dos sujeitos para interpretar a realidade e atribuir sentido às informações, aspecto diretamente relacionado ao desenvolvimento da competência em informação. A competência em informação pode ser definida como a capacidade de "[...] pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontrarmos e usarmos. A competência em informação pode nos formar como cidadãos para alcançar e expressar pontos de vista informados e se envolver plenamente com a sociedade." (Chartered Institute of Library and Information Professionals [CILIP], 2018, p. 3, tradução nossa).

Tendo esse contexto como pano de fundo, este trabalho apresenta um recorte de uma tese de doutorado que investigou a produção científica sobre competência em informação em interface com a temática das mulheres. O presente escrito tem como objetivo analisar os aspectos que dizem respeito à desigualdade de gênero no acesso à informação e às tecnologias, relacionados à competência em informação. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico, com base em uma revisão integrativa da literatura.

As buscas foram feitas nas seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Scopus, Emerald, *Communications in Information Literacy*, Scielo, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, em três idiomas: português, espanhol e inglês. As palavras-chave utilizadas incluíram termos como "competência em informação", "letramento informacional" e suas variações, associados a expressões como "gênero" e "feminismo". A busca foi realizada sem delimitação temporal, mas para o presente recorte do estudo consideramos 13 pesquisas publicadas entre 1997 e 2022[1], tendo como critério de seleção, apenas aquelas que discutiam desigualdades de informação ou tecnologia vinculadas ao gênero. Esse *corpus*, reúne estudos relacionados a Brecha Digital de Gênero, e os demais aspectos que impactam para que mulheres e meninas tenham acesso à informação.

[1] Consideramos como *corpus* de análise 13 pesquisas, dentre as 79 recuperadas para o desenvolvimento da tese mencionada. Essas pesquisas compõem a categoria "desigualdade informacional de gênero", identificada na unidade de contexto "Feminismo", analisada na tese.

2 O QUE É DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O conceito de desigualdade possui múltiplas dimensões e tem sido amplamente discutido desde a Grécia Antiga. No contexto da transição do mito para o pensamento racional, começaram a surgir discussões filosóficas sobre as relações de igualdade e desigualdade entre os seres humanos. No entanto, a compreensão da desigualdade evoluiu ao longo do tempo, sendo moldada por diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Na Grécia Antiga, especialmente com o surgimento da polis (cidade-estado) e da democracia, as desigualdades começaram a ser debatidas de forma mais sistemática. Aristóteles, considerado um dos primeiros pensadores a refletir sobre a desigualdade, introduziu princípios de igualitarismo que legitimavam as desigualdades sociais como algo natural (Bernhardt, 1973).

Com o passar dos séculos, pensadores de diversas correntes questionaram a ideia de desigualdade como algo natural ou divino. Pensadores modernos desafiaram a ideia de que a desigualdade era um fenômeno inevitável, propondo que as desigualdades resultavam das estruturas sociais e das relações de poder. Nesse contexto, o pensamento racional substituiu as explicações míticas e religiosas, permitindo uma reflexão mais estruturada sobre as diferenças humanas e sobre a injustiça das relações desiguais.

Em 1755, Rousseau distinguiu dois tipos de desigualdade: a natural (ou física) e a desigualdade estabelecida pela convenção social (Rousseau, 1999). Para Cavalli (1992), a desigualdade natural refere-se às diferenças inatas entre os indivíduos, como idade, força física ou características biológicas. Contudo, essas diferenças só se tornam relevantes na sociedade quando são utilizadas para justificar hierarquias e privilégios. O que poderia ser apenas uma variação natural entre os indivíduos passa a ser instrumentalizado para sustentar relações de dominação.

Assim, a desigualdade social ocorre quando determinadas características – como sexo, raça ou idade – são transformadas em critérios para a distribuição desigual de direitos e posições sociais. Dessa maneira, a desigualdade social é historicamente construída e pode assumir diferentes formas conforme o contexto em que se insere. O que muitas vezes é apresentado como "natural" é, na verdade, o resultado de estruturas sociais que perpetuam relações de poder e exclusão (Cavalli, 1992). Carrasco e Petit (2012) argumentam que a sociedade utiliza as desigualdades para subjugar um grupo social com base em diferenças

raciais, sexuais, nacionais ou de outro tipo, gerando uma situação de desigualdade de direitos, discriminação social, cultural e, eventualmente, econômica.

De acordo com a Oxfam Brasil (2021), a desigualdade social resulta de processos relacionais intrínsecos à estrutura da sociedade, que condicionam, restringem ou desfavorecem o status e a posição social de indivíduos e grupos. Esse fenômeno afeta diretamente o acesso a condições essenciais para a qualidade de vida, perpetuando disparidades em diversas esferas, como liberdade de expressão, condições de trabalho e desigualdade no acesso a direitos fundamentais, como participação política, saúde, educação, moradia e saneamento básico.

As diferentes formas de desigualdade social não se manifestam de maneira isolada, mas se expressam a partir de características e posições sociais que são historicamente significadas e hierarquizadas. Entre essas formas, destaca-se a desigualdade de gênero, que se constitui a partir da transformação das diferenças entre homens e mulheres em critérios para a organização e distribuição desigual de direitos, oportunidades, recursos e poder.

Para compreender as construções de gênero, é necessário iniciar com a clássica reflexão de Simone de Beauvoir (2016, p. 11), em *O Segundo Sexo*, quando afirma: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” Essa frase reverbera nos estudos sobre as questões das mulheres e nas compreensões sobre os condicionantes de sexo e gênero na sociedade capitalista. Embora Beauvoir não utilize a categoria de gênero em seus escritos, suas concepções sobre a mulher, como fruto de um processo de socialização e não como resultado de características naturais, fundamentam discussões contemporâneas sobre as opressões sofridas pelas mulheres, tornando-a uma das autoras mais importantes para a compreensão dessa temática.

Seguindo essa linha de pensamento, Alvarenga e Viana (2012) destacam que não é possível explicar, de forma biológica, as diferenças entre homens e mulheres, suas vivências, atitudes e comportamentos. A categoria gênero surge como uma contribuição para desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo essencial compreender que essa desigualdade não se origina de diferenças biológicas, mas de diferentes papéis de poder atribuídos a cada um desses grupos.

Para Saffioti (1992) as relações de gênero não têm origem em características essenciais dos indivíduos masculinos e femininos, mas nas estruturas sociais que as moldam. Em concordância, Santos e Oliveira (2010) afirmam que as questões de gênero devem ser analisadas historicamente, considerando as relações sociais que as estruturam. Segundo os autores, é no “[...] movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas

dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero" (Santos; Oliveira, 2010, p. 12).

Nessa perspectiva, Nancy Fraser (1996) entende o gênero como uma categoria estrutural profundamente imbricada nas relações sociais, econômicas e políticas. Em sua abordagem crítica, ela não trata o gênero apenas como uma identidade ou diferença cultural, mas como uma estrutura de dominação e desigualdade que se manifesta em duas esferas. Uma dimensão econômica, que diz respeito à injustiça material, como a divisão desigual do trabalho, a precarização do trabalho feminino e a desvalorização econômica do trabalho de cuidado, muitas vezes não remunerado. E uma dimensão cultural, que se refere à desvalorização simbólica das mulheres e de papéis femininos na sociedade, levando à marginalização, desrespeito e invisibilidade. Fraser (1996) argumenta que superar as injustiças de gênero exige tanto reconhecimento quanto redistribuição, recusando soluções que se limitem a apenas uma dessas dimensões.

A partir destas reflexões, o conceito de gênero, pode ser compreendido como uma categoria social e histórica, construída a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos na sociedade. Já a desigualdade de gênero, pode ser entendida como resultado das estruturas sociais e históricas que distribuem de maneira desigual direitos, oportunidades, recursos e poder entre diferentes gêneros. Trata-se de um fenômeno estrutural que se manifesta em diversas esferas da vida social, econômica e política.

Segundo Lins, Fraga e Lelis (2025), nas relações marcadas pela desigualdade de gênero há uma assimetria estrutural de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, na qual os homens ocupam posições socialmente privilegiadas que não são igualmente acessíveis às mulheres. Assim, a desigualdade de gênero revela-se como uma consequência das relações sociais construídas historicamente, que reproduzem hierarquias e formas de exclusão. Entendemos que as desigualdades sociais impactam e são impactadas pelo acesso ao conhecimento e à informação, condicionado por estruturas econômicas, políticas e sociais. Grupos em posições privilegiadas possuem maiores oportunidades de aprendizado, acesso à informação e recursos tecnológicos, ampliando diferenças de poder e participação social.

Diante disso, a competência em informação torna-se fundamental para compreender e enfrentar as desigualdades informacionais, pois envolve não apenas o uso das tecnologias e o acesso à informação, mas também a capacidade de refletir sobre a natureza da informação e o contexto social em que está inserida (Vitorino; Piantola, 2011). Contribuindo para ampliar as

possibilidades de acesso ao conhecimento, participação social e exercício da cidadania, especialmente para grupos historicamente atravessados por diferentes formas de desigualdade.

Conforme destacam Borges e Olinto (2017), as desigualdades digitais constituem novas formas de exclusão social, ampliando as distâncias entre sujeitos que conseguem acessar, utilizar e se apropriar das tecnologias da informação e aqueles que permanecem à margem desses processos. Nesse contexto, mulheres e outros grupos historicamente vulnerabilizados frequentemente enfrentam maiores barreiras de acesso à informação, à educação digital e às oportunidades produzidas pelas TIC. Assim, a competência em informação assume um papel ético-político ao possibilitar que indivíduos desenvolvam condições de acessar, interpretar, avaliar criticamente e utilizar a informação de maneira consciente e emancipatória.

Considerando que mulheres frequentemente enfrentam maiores barreiras nessa dinâmica, a competência em informação pode contribuir para ampliar o acesso, a compreensão e o uso crítico da informação e das tecnologias, auxiliando no combate à desigualdade de gênero no contexto informacional.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme já mencionado, como *corpus* de análise desta pesquisa, foram selecionadas 13 produções. Esses estudos abordam diferentes aspectos da desigualdade de gênero no contexto informacional, apresentando distintas perspectivas sobre as condições enfrentadas por mulheres e meninas para acessar, apropriar-se e utilizar informações. A partir dessas análises, foi possível identificar e sistematizar diferentes facetas do que denominamos, neste estudo, como a categoria temática de “desigualdade informacional de gênero”, entre elas as desigualdades no acesso às tecnologias, às fontes de informação, à educação, à cultura, ao entretenimento e aos recursos econômicos. Os textos que compõem o *corpus* de análise são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – *Corpus* de análise

	Ano	Autoria	Título
1	1997	Volman	Gender-related effects of computer and information literacy education
2	2011	Torregrosa Carmona	Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género
3	2012	Fernández	La alfabetización informational (ALFIN) y las mujeres: aprender a aprender
4	2014	Garzón Clemente	Alfabetización informacional de madres de familia: una experiencia de inclusión digital

5	2016	Mudhai, Wright e Musa	Gender and critical media information literacy in the digital age: Kenya, South Africa and Nigeria
6	2016	Punter, Meelissen e Glas	Gender differences in computer and information literacy: Na exploration of the performances of girls and boys in ICILS 2013
7	2016	Silva e Olinto	Gender Differences in ICT Use and Information Literacy in Public Libraries: A Study in a Rio de Janeiro Public Library
8	2017	Berrio Zapata, Arraíza, Silva e Soares	Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género
9	2018	Cananéa, Rocha e Targino	Maternidade em pauta: reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência em informação
10	2019	Gebhardt, Thomson, Ainley e Hillman	Gender Differences in Computer and Information Literacy An In-depth Analysis of Data from ICILS
11	2021	Pérez e Acebal	La brecha digital en materia de género: características y acciones al respecto
12	2022	Jones e Procter	Young peoples' perceptions of digital, media and information literacies across Europe: gender differences, and the gaps between attitudes and abilities
13	2022	Mateus, Mangue e Ortiz-Repiso	La alfabetización digital de mujeres hacia la inclusión digital y el cumplimento de la agenda 2030: una comparación entre las políticas públicas de inclusión digital en Mozambique y España

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Nos textos analisados, o conceito de "Brecha Digital de Gênero" (BDG) é amplamente debatido, e apresentado como um fenômeno que contribui para a exclusão das mulheres em diversas atividades relacionadas ao conhecimento. Isso ocorre ao naturalizar a suposta "incapacidade" feminina de dominar ferramentas tecnológicas, as quais desempenham um papel central na mediação dos fluxos de informação na sociedade atual (Berrío-Zapata *et al.,* 2017). De acordo com González Pérez e Heredia Acebal (2021), a BDG refere-se à desigualdade no acesso às tecnologias de comunicação, assim como aos desafios relacionados ao uso e compreensão dessas tecnologias. Esses fatores dificultam a aquisição de conhecimento e a formação de habilidades tecnológicas pelas mulheres.

Para Torregrosa Carmona (2011), a BDG não se restringe à disparidade no acesso às tecnologias entre diferentes regiões ou países (brecha exógena), mas também reflete as barreiras existentes dentro de nações mais desenvolvidas. Esse fenômeno é exemplificado pela brecha interna ou endógena, que exclui grandes segmentos da população devido a fatores como desigualdade de gênero, baixa escolaridade, limitações econômicas, idade avançada, exclusão social, entre outros.

González Pérez e Heredia Acebal (2021) identificam três níveis principais de BDG. O primeiro nível, relacionado à brecha de acesso, diz respeito à possibilidade física de acesso às tecnologias, que é fortemente influenciada pelas condições socioeconômicas regionais. O segundo nível, a brecha de uso, refere-se à falta de habilidades digitais necessárias para o aproveitamento adequado das tecnologias, mesmo quando o acesso físico está garantido. O terceiro nível, a brecha de qualidade de uso, está relacionado à dificuldade de utilizar criticamente as informações disponíveis, mesmo quando o acesso e as habilidades básicas já foram assegurados.

A partir da fala dos autores, compreendemos que a competência em informação pode contribuir mais diretamente para o segundo e terceiro nível. Isso porque, de acordo com Doyle (2021) o desenvolvimento da competência em informação também abarca o desenvolvimento de habilidade digitais e midiáticas, assim como tem possibilidade de promover análise crítica e reflexiva das informações, além de incentivar a atuação e uso das informações para mudanças sociais.

No contexto da América Latina, as mulheres enfrentam simultaneamente os três níveis da brecha digital. Em uma região predominantemente subdesenvolvida, o acesso à internet é limitado, agravado pela falta de habilidades digitais e informacionais e pela persistência de sociedades patriarcais, que impõem desigualdade econômica, dependência financeira e sobrecarga doméstica desde a juventude. Mesmo mulheres com formação universitária e emprego formal enfrentam dificuldades no acesso às TIC, devido à falta de tempo e à sobrecarga de responsabilidades domésticas (González Pérez; Heredia Acebal, 2021).

Além disso, Fernández (2012) propõe três etapas da desigualdade digital, que se refletem diretamente na BDG: 1) desigualdade econômica, que se refere à capacidade do usuário de adquirir tecnologias de informação e comunicação; 2) desigualdade de acesso, que está relacionada às condições de uso das tecnologias em benefício próprio; e 3) desigualdade de empoderamento, que envolve a capacidade de utilizar as tecnologias de maneira significativa, gerando impactos reais na vida das mulheres.

Desta forma, a exclusão digital resulta de limitações físicas ou econômicas no acesso às TIC, além de carências de habilidades para o uso eficaz dessas ferramentas, incluindo barreiras socioculturais. Nesse contexto, a disparidade tecnológica em relação ao gênero somado à falta de políticas públicas para reduzir essas barreiras, juntamente com a escassa representação

feminina nos espaços relacionados às tecnologias, contribui para a manutenção BDG (Berrío Zapata *et al.*, 2017).

Essa exclusão das mulheres é influenciada por uma série de fatores, como a capacidade econômica, a disponibilidade de tempo, o conhecimento prévio, as habilidades tecnológicas, a experiência com o uso das TIC e as condições de socialização cultural. Esses fatores são moldados pelas estruturas de gênero, raça, etnia e classe, impondo às mulheres papéis que frequentemente são considerados incompatíveis com o uso de tecnologias. Esse cenário resulta em lacunas educacionais e sociais que causam desequilíbrios no acesso, uso, produção, design e governança da tecnologia digital (Castaño Collado, 2010; Berrío Zapata *et al*., 2017).

Além desta desigualdade no acesso às tecnologias, Fernández (2012, p. 40) evidencia outro aspecto que se relaciona à desigualdade no acesso à informação, que é conhecida como uma "segunda lacuna digital", que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências para buscar, selecionar, avaliar e utilizar informações de forma crítica no cotidiano. Para a autora, “historicamente, a mulher ocupa uma posição social secundária, ajustando seu comportamento às regras socioculturais e sociolinguísticas específicas e complementares às dos homens.” Neste processo de socialização das mulheres, priorizam outras áreas do conhecimento, distantes deste universo.

Segundo Jones e Procter (2023), existem lacunas entre o que meninos e meninas acreditam saber e o que realmente conseguem fazer. Entre as mulheres, destacam-se dificuldades na avaliação crítica de fontes e no uso adequado de ferramentas digitais, embora apresentem maior consciência ética e segurança online. Já entre os homens, as principais lacunas envolvem o acesso à informação em bibliotecas e arquivos, o uso educacional das redes sociais, a construção de identidades digitais e a gestão do bullying online.

Nesse aspecto, compreendemos que, apesar dos desnivelamentos de acesso à formação para tecnologia e informação, as meninas podem desenvolver alguns aspectos da competência em informação de forma mais rápida que os meninos. Isso porque, além do domínio das ferramentas, a competência em informação possui como aspectos centrais “[...] pensamento e consciência crítica, assim como uma compreensão tanto das questões éticas, quanto de questões políticas associadas ao uso da informação.” (CILIP, 2018, p. 3, tradução nossa). Gebhardt e colaboradores (2019), reforçam essa reflexão ao identificar que as estudantes mulheres se destacam em comunicação, design e criatividade, enquanto os homens tiveram

melhor desempenho em tarefas técnicas. Apesar disso, os estudantes homens demonstraram maior confiança em suas habilidades digitais.

Punter, Meelissen e Glas (2016) refletem sobre algumas teorias que poderiam auxiliar na compreensão destas diferenças, como a teoria da socialização, que oferece uma explicação para as desvantagens percebidas das meninas em relação às TIC. De acordo com essa teoria, meninas e meninos são socializados de maneira diferente em suas famílias e comunidades, com as meninas sendo menos incentivadas a explorar a tecnologia. Tradicionalmente, os computadores são associados a características masculinas devido à sua relação com a matemática, a ciência e a tecnologia. Isso fez com que as meninas se sintam menos motivadas a interagir com esses dispositivos, enquanto os meninos são incentivados a explorar diferentes usos tecnológicos, o que tende a aumentar sua confiança nesse contexto.

Ainda para os autores, outra explicação seria a teoria da atribuição, essa teoria sugere que as meninas tendem a atribuir seus fracassos tecnológicos a causas internas, como a falta de habilidade, e seus sucessos a fatores externos, como a simplicidade da tarefa. Em contraste, os meninos tendem a atribuir o fracasso a causas externas e os sucessos a suas próprias habilidades. Essa dinâmica pode ajudar a explicar as diferenças encontradas na autoeficácia e nas percepções de competência em relação ao uso das TIC (Lau; Yuen, 2015; Punter; Meelissen; Glas, 2016).

Os estudos indicam um aspecto já evidenciado por Volman (1997), para a autora há uma complexidade relacionada às percepções de uma suposta igualdade de gênero, mas também à persistência de estereótipos. A ambivalência entre a crença de que meninos e meninas são iguais, em contrapartida os estereótipos de gênero ainda presentes destacam a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na educação tecnológica, especialmente no que diz respeito às diferenças de gênero. Em sentido semelhante, Garzón Clemente (2014) reflete sobre as diferenças de gênero no contexto digital, promovidas por padrões de comportamento moldados em torno de diferenças culturais nos âmbitos do trabalho, da vida doméstica, educacional, formal e informal. Esses estereótipos, socialmente estabelecidos afetam o uso das tecnologias, visto que às mulheres é imposta uma barreira primária, como desincentivo e a falta de tempo, para se aproximarem das TIC desde crianças.

Entendemos a partir da fala dos autores, que os processos educacionais são essenciais para que meninas se sintam mais confortáveis ao usar as TIC, e a partir delas tenham um maior acesso à informação. Nesse contexto, que a competência em informação se torna fator essencial

ao propor processos educativos sistemáticos em bibliotecas públicas e escolares que formam tanto meninas, quanto meninos, para se relacionarem com a tecnologia de forma consciente e crítica no acesso e uso da informação. Isso porque, para Paixão, Cuevas-Cerveró e Linhares (2022, p. 547), os processos educativos relacionados às tecnologias devem promover a autonomia dos sujeitos, possibilitando que estes possam "decidir, fazer, selecionar, criar, produzir conhecimentos". Nessa perspectiva, a educação para a competência em informação contribui para que meninas e meninos desenvolvam não apenas o domínio das TIC, mas também a capacidade crítica necessária para acessar, avaliar e utilizar a informação de forma consciente e reflexiva.

A partir disso, os estudos levantados se preocupam com a “desigualdade digital de gênero” atrelada à “desigualdade informacional de gênero”, visto que abordam o acesso à informação, o acesso às TIC e o desenvolvimento de habilidades e senso crítico em relação à informação. Dessa forma, consideramos que o termo “desigualdade informacional de gênero” abarca as múltiplas dinâmicas informacionais que podem ser impactadas por esse desnível.

Vale retomar que as desigualdades têm origem nas diferentes posições ocupadas na organização social e no acesso desigual a bens e recursos. Nesse sentido, as desigualdades de gênero vão além das diferenças entre homens e mulheres ou do campo educacional e cultural. Para Cisne (2018), a cultura e a educação hegemônicas reproduzem a ideologia patriarcal, enquanto fatores como classe, sexo e raça/etnia se articulam para produzir diferentes formas de desigualdade e opressão. Compreendemos que a desigualdade informacional envolve diferenças no acesso às TIC, às fontes de informação, à educação e aos espaços de cultura e entretenimento. Além disso, a divisão sexual do trabalho e a menor autonomia das meninas para frequentar espaços culturais restringem seu acesso à informação, à cultura e às oportunidades de desenvolvimento social e educacional, ainda que a presença feminina na educação formal tenha ampliado (Ferreira, 2018; Silva; Olinto, 2016).

Refletimos a partir dos resultados, que as desigualdades digitais representam uma dimensão importante da desigualdade de gênero no contexto informacional, mas o simples acesso às tecnologias não é suficiente para superar os efeitos estruturais do patriarcado. Desigualdades econômicas, educacionais, culturais e sociais também limitam o acesso de mulheres e meninas à informação.

Considerando essas diversas perspectivas, a desigualdade informacional de gênero possui cinco facetas principais: a disparidade no acesso à tecnologia, às fontes de informação, à

educação formal e ao tempo de estudo, à cultura e ao entretenimento, e as disparidades econômicas. A Figura 1 sintetiza essa relação:

Figura 1 – Facetas da desigualdade informacional de gênero



Fonte: elaboração própria (2025).

A figura 1 sintetiza visualmente as disparidades que afetam o acesso de mulheres e meninas à informação. A desigualdade no acesso à tecnologia (azul) tem relevância central nas possibilidades de acesso à informação, mas não está sozinha: a falta de acesso às fontes de informação (verde), à educação e tempo de estudo (magenta), à cultura e ao entretenimento (laranja), e as disparidades econômicas (vermelho) também são aspectos relevantes quando falamos das diferenças de gênero no acesso à informação. A interconexão dessas disparidades destaca a complexidade dos desafios, visto que diversos aspectos materiais e imateriais impactam as condições de acesso à informação de mulheres e meninas, restringindo consequentemente suas possibilidades de uso dessas informações.

A desigualdade de gênero no contexto informacional se relaciona à limitação do acesso crítico às informações sobre direitos, cultura de gênero e desigualdades, o que impede que mulheres e grupos sub-representados compreendam e desafiem estruturas patriarcais. Essa limitação se relaciona diretamente com a competência em informação, pois sua ausência pode reforçar estereótipos e discriminações, dificultando a participação social e política das mulheres. Por isso, a competência midiática e informacional é fundamental para promover a conscientização das mulheres e mudanças de atitudes sociais (Mudhai; Wright; Musa, 2016).

Segundo Mateus, Mangue e Ortiz-Repiso (2022), o acesso equitativo às TIC e o desenvolvimento de habilidades para buscar, avaliar e utilizar informações de forma ética são fundamentais para o empoderamento das mulheres. Para Belluzzo (2019), essas competências transformam informação em conhecimento relevante, favorecendo decisões conscientes e a participação social. Já Carnanéa, Rocha e Targino (2018) destacam a competência em informação como ferramenta para enfrentar desigualdades, combater a desinformação e fortalecer a atuação crítica das mulheres no ambiente digital.

Isto posto, observa-se que a desigualdade informacional de gênero não se resume à mera exclusão digital, mas se estende à forma como mulheres e meninas são educadas (ou não) para acessar, avaliar e utilizar criticamente a informação. Nesse cenário, a competência em informação emerge como um instrumento essencial para o enfrentamento das múltiplas barreiras impostas às mulheres no ambiente informacional. A ausência de políticas públicas que integrem práticas de desenvolvimento da competência em informação com recorte de gênero perpetua estereótipos e limita a participação das mulheres em espaços de decisão e produção de conhecimento. Portanto, fomentar a competência em informação com perspectiva crítica e feminista é um passo para transformar o acesso desigual à informação em um processo mais justo e equitativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do recorte dos estudos aqui apresentados permitiu identificar elementos estruturais de exclusão de gênero profundamente enraizados na socialização, na educação e no acesso desigual à informação. A superação da desigualdade informacional de gênero exige mais do que inclusão tecnológica: requer políticas e práticas de competência em informação que considerem as desigualdades históricas e sociais vivenciadas pelas mulheres. Promover o acesso crítico à informação e às tecnologias, com base em uma perspectiva de gênero, é essencial para garantir os direitos das mulheres em uma sociedade cuja informação e conhecimento tem papel relevantes.

Nesse sentido, a competência em informação se apresenta como uma possibilidade no enfrentamento às desigualdades informacionais de gênero. Ao desenvolver habilidades para localizar, avaliar e aplicar a informação de maneira ética, crítica e consciente, mulheres e meninas podem ampliar sua participação social, educacional, política e econômica. Além de amenizar a exclusão digital, a competência em informação favorece a conscientização dos

sujeitos, contribuindo para transformar estruturas de poder, que historicamente marginalizam grupos sociais com base em gênero, classe, raça, etc.

Compreender essas disparidades e seus efeitos é essencial para pesquisadores, profissionais da informação, educadores e formuladores de políticas públicas, a fim de construir intervenções sensíveis às especificidades de gênero. Isso possibilita o avanço na promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam o acesso à informação e ao conhecimento, permitindo que meninas e mulheres compreendam sua condição na sociedade e, a partir disso, transformem suas realidades.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente. **Laboreal**, Porto, v. 8, n. 1, p. 11-27, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/laboreal/6934 Acesso em: 21 maio 2026.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**: a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLUZZO, R. C. B. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, p. 3-30, 2019. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26573 Acesso em: 21 maio 2026.

BERNHARDT, J. O pensamento pré-socrático: de Tales aos sofistas. *In*: CHÂTELET, F. **História da filosofia**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar; 1973. p. 23–64.

BERRIO-ZAPATA, C.; ARRAÍZA, P. M.; SILVA, E. F.; SOARES, E. C. Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género. **Psicología, Conocimiento y Sociedad,** Montevideo, v. 7, n. 2, p. 162-198, 2017. Disponível em: https://revista.psico.edu.uy/revpsicologia/article/view/424/339 Acesso em: 21 maio 2026.

BERRÍO-ZAPATA, C.; SILVA, E. F.; GUARALDO, T. S. B.; CARVALHO, A. M. G. Exclusão Digital de Gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín (Colombia), v. 43, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/330542 Acesso em: 21 maio 2026.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...] Marília: ANCIB, 2017.

CANANÉA, L. V. T.; ROCHA, M. M. V.; TARGINO, M. G. Maternidade em pauta: Reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência em informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [*s. l.*], v. 8, n. 3, p. 20-39, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/39777?articlesBySimilarityPage=3 Acesso em: 21 maio 2026.

CARRASCO, C.; PETIT, M. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**: um debate sobre a opressão. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

CASTAÑO COLLADO, C. **Género y TIC**. Presencia, posición y políticas. Barcelona: UOC, 2010.

CAVALLI, A. Classe. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v. 1, 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1992. Pp. 169–175.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**. Mulheres na economia digital Superar o limiar da desigualdade**. XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, 2013. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publications. Acesso em 21 maio 2026.

CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS (CILIP). **Definition of Information Literacy.** UK: CILIP Information Literacy Group, 2018. Disponível em: https://www.cilip.org.uk/news/421972/What-is-information-literacy.htm. Acesso em: 05 jun. 2026.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, 2018. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1979 Acesso em: 05 jun. 2026.

DOYLE, A. **Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero**: práticas de ensino críticas. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

FERNÁNDEZ, M. T. **La alfabetización informational (ALFIN) y las mujeres:** aprender a aprender. Estudio sobre la situación y perspectivas de aprendizaje en la ciudad de San Nicolás de los Arroyos, Provincia de Buenos Aires. Rol del profesional de la información. 2012. 92 f. Tesis (Licenciatura en Bibliotecología y Documentación) – Universidad Nacional de Mar del Plata, Buenos Aires, 2012.

FERREIRA, L. Meninas são mais do que dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. **Gênero e Número**, [S. l.], 27 mar. 2018. Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/. Acesso em: 24 fev. 2024.

FRASER, N. Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia. **Revista de Trabajo**, [s. l.], n. 4, p. 83–99, 1996. Disponível em: https://e-spacio.uned.es/entities/publication/754f2301-c396-49e2-9367-1ac91a0f73ee Acesso em: 24 fev. 2024.

GARZÓN CLEMENTE, R. Alfabetización informacional de madres de familia: una experiencia de inclusión digital. **REMEIED:** Memorias del Encuentro Internacional de Educación a Distancia, Guadalajara, n. 3, dic. 2014. Disponível em: https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1751 Acesso em: 24 fev. 2024.

GEBHARDT, E.; THOMSON, S.; AINLEY, J.; HILLMAN, K. **Gender Differences in Computer and Information Literacy:** An In-depth Analysis of Data from ICILS. [*s. l.*]: IEA; SpringerOpen, 2019.

GONZÁLEZ PÉREZ, L.; HEREDIA ACEBAL, J. J. La brecha digital en materia de género: características y acciones al respecto. *In*: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 10., 2021, Brasilia. **Anales** […]. Brasilia: Universidad de Brasília (UnB); Madrid: Universidad Complutense de Madrid (UCM), 2021.

JONES, S.-L.; PROCTER, R. Young peoples' perceptions of digital, media and information literacies across Europe: gender differences, and the gaps between attitudes and abilities. **Technology, Pedagogy and Education**, [*s. l.],* v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1475939X.2023.2210152 Acesso em: 24 maio 2026.

LAU, W. W. F.; YUEN, A. H. K. Factorial invariance across gender of a perceived ICT literacy scale. **Learning and Individual Differences,** [*s. l.],* v. 41, p. 79-85, 2015. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/abs/10.1007/s10639-021-10775-x Acesso em: 24 maio 2026.

LINS, A. M. F. C.; FRAGA, M. A.; LELIS, Henrique Rodrigues. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, *[s. l.]*, v. 11, n. 3, p. 509–523, 2025. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/18338 Acesso em: 24 maio 2026.

MARTINS, A. A. L. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da marcha das vadias. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MATEUS, D. L.; MANGUE, M. V.; ORTIZ-REPISO, V. La alfabetización digital de mujeres hacia la inclusión digital y el cumplimento de la agenda 2030: una comparación entre las políticas públicas de inclusión digital en Mozambique y España. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 320-354, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40004 Acesso em: 24 maio 2026.

MUDHAI, O. F.; WRIGHT, B.; MUSA, A. Gender and critical media-information literacy in the digital age: Kenya, South Africa and Nigeria. **Journal of African Media Studies**, [*s. l.*], v. 8, n. 3, p. 267-280, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311862188_Gender_and_critical_media-information_literacy_in_the_digital_age_Kenya_South_Africa_and_Nigeria Acesso em: 24 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 24 maio 2026.

OXFAM BRASIL. **Desigualdade social**: um panorama completo da realidade mundial. Blog Oxfam Brasil, 15 jun. 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-social-um-panorama-completo-da-realidade-mundial/ Acesso em: 17 maio 2025.

PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; LINHARES, Ronaldo Nunes. A Alfabetização Informacional para uma Educação Libertadora: uma abordagem transdisciplinar

entre a Ciência da Informação e a Educação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 534–551, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/39495 Acesso em: 17 maio 2025.

PRESTUPA, Pamela Pereira. Desigualdade estrutural de gênero e paridade de participação na era digital. **LOGEION:** Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 11, ed. especial, p. 1-17, e-7381, 2024. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/22d5/d45844b5419dc9fb240be424e5ab90c9f464.pdf Acesso em: 17 maio 2025.

PUNTER, R. A.; MELISSEN, M. R. M.; GLAS, C. A. W. Gender differences in computer and information literacy: An exploration of the performances of girls and boys in ICILS 2013. **European Educational Research Journal (EERJ),** [*s. l.*], v. 16, n. 6, p. 762-780, 2016.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (org*.).* **Uma questão de gênero***.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, v. 13, p. 11-19, 2010.

SILVA, A. G.; OLINTO, G. Gender Differences in ICT Use and Information Literacy in Public Libraries: A Study in a Rio de Janeiro Public Library. *In*: KURBANOĞLU, S.; BOUSTANY, J.; ŠPIRANEC, S.; GRASSIAN, E.; MIZRACHI, D.; ROY, L.; ÇAKMAK, T. (eds.). **Information Literacy:** Key to an Inclusive Society. European Conference on Information Literacy (ECIL), 4., Prague, Czech Republic: ECIL, 2016.

TORREGROSA CARMONA, J. F. Brecha digital. Notas desde una perspectiva de género. **Asparkía**: Investigación Feminista, Castellón de la Plana (España), n. 22, p. 51-59, 2011. https://www.raco.cat/index.php/Asparkia/article/view/257287

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/abstract/?lang=pt

VOLMAN, M. Gender-related effects of computer and information literacy education. **Journal of Curriculum Studies**, [*s. l.*], v. 29, n. 3, p. 315-328, 1997. https://research.vu.nl/en/publications/gender-related-effects-of-computer-and-information-literacy-educa/